



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADI

"ADM. 2001 - 2004"

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37414-000

LEI N.º 854 DE 11 DE ABRIL DE 2001.

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL."

O Povo do Município de São Bento Abade - MG, por meio de seus representantes na Câmara, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Bento Abade.

Art. 2º. O Conselho de que trata o artigo anterior será composto de 7 (sete) membros efetivos e de 07 (sete) suplentes, todos escolhidos pelo Prefeito Municipal.

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução apenas uma vez por igual período.

§ 2º. Na escolha dos membros do Conselho será observada a representação equilibrada entre o poder público e as entidades representativas da sociedade civil do município.

§ 3º. Os próprios membros do Conselho escolherão o Presidente e o Secretário.

Art. 3º. São atribuições do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Bento Abade:

I. Definir as bases da política cultural do município, deliberando sobre mecanismos de preservação e proteção do patrimônio, tais como tombamento e outras formas de acautelamento;

II. Executar o tombamento dos bens culturais e naturais, de propriedade pública ou particular, existente no município que, dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação;

III. Fundamentar as propostas de proteção do patrimônio, com todos os elementos indispensáveis ao convencimento da importância do bem a ser incluído na medida de proteção municipal;

IV. Notificar os proprietários de bens cujo tombamento é proposto, para fim de proteção prévia, estabelecendo medida preparatória para o tombamento;

V. Instruir projetos propostos para áreas tombadas, para despacho do Prefeito Municipal;

VI. Fiscalizar o cumprimento da isenção de impostos municipais, que recaiam sobre bem tombado, procedendo vistoria no imóvel;

VII. Propor planos de execução de serviços e obras ligados à proteção, conservação ou recuperação de bens definidos no inciso I do artigo 3º desta lei, sempre que o orçamento do município permitir.

Parágrafo único. Sempre que necessário o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural poderá recorrer a técnicos especialistas da área a ser tombada.

Art. 4º. A proteção prevista no inciso IV do artigo 3º equivale ao tombamento, até que seja expedido o Decreto, que deverá ser publicado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da proposta do Conselho, sob pena de ser tornada sem efeito a medida de proteção.

§ 1º. A proteção prévia se dá a partir do recebimento, pelo proprietário, da Notificação do Tombamento.

§ 2º. O proprietário poderá impugnar o tombamento, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da Notificação, apresentando suas razões ao Conselho que, em igual prazo, se manifestará, confirmando ou não o tombamento e fundamentando suas contrarrazões.

Luiz Marcos Batista
Presidente da Câmara
RG M-5.405.346



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE

"ADM. 2001 - 2004"

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37414-000

§ 3º. Convencido do tombamento, o Conselho dará ciência imediata da decisão ao Prefeito Municipal, através da proposta e, em caso contrário, do encaminhamento do Processo, para conhecimento.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento Abade, 11 de abril de 2001

Janete Rezende Silva
Prefeita Municipal



CERTIDÃO

Certifico que no "Quadro Mural" da Prefeitura Municipal foi publicado, nesta data, o presente ato para ciência dos interessados.
São Bento Abade, 11 de abril de 2001

Maria Amélia Azevedo e Silva
Chefe do Serviço Pessoal
CPF 609.658.196-04

Luiz Marcos Batista
Presidente da Câmara
RG M-5.405.346